

Proton Energy Participações S.A.
CNPJ/MF nº 27.373.249/0001-07

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)						
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
	2024	2023	2024	2023						
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	339	89	12.886	13.903	79.426	114.802	4.759	2.373	15.917	217.277
Contas a receber	-	-	17.448	15.115	-	-	-	2.359	47.187	47.187
Impostos a recuperar	603	569	664	623	-	-	-	-	(2.359)	-
Partes relacionadas	2.842	1.767	2.842	1.701	-	-	-	-	(24.637)	(24.637)
Despesas antecipadas	692	846	2.663	1.736	-	-	-	-	(18.014)	(18.014)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.917)	(15.917)
Outros ativos	-	-	27	-	-	-	-	-	18.094	18.094
Total Circulante	4.476	3.636	36.530	33.078	79.426	114.802	4.759	4.732	18.094	221.813
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicação financeira restrita	5.212	5.155	24.469	27.055	-	-	-	-	(2.510)	-
Adiantamentos a fornecedores	642	622	642	625	-	-	-	-	(32.120)	(32.120)
Outros ativos	-	-	2.165	1.907	-	-	-	-	(11.207)	(11.207)
Investimentos	265.023	264.213	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	11	24	483.627	499.160	-	-	-	-	50.193	50.193
Intangível	-	-	18.858	19.500	-	-	-	-	(2.510)	-
Total Não Circulante	270.888	270.014	529.701	548.247	79.426	114.802	4.759	7.242	22.450	228.679
Total do ativo	275.364	273.650	566.291	581.325						
Passivo										
Circulante										
Debitores	-	-	7.582	6.865	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	20.219	-	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	-	-	725	668	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	15	17	2.479	1.032	-	-	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	178	278	1.181	1.227	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.419	1.286	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	147	145	2.118	2.661	-	-	-	-	-	-
Dividendos	7.994	4.650	7.994	4.650	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	62	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	100	99	873	848	-	-	-	-	-	-
Total Circulante	8.434	5.189	24.433	39.456						
Não circulante										
Debitores	38.451	46.648	38.451	46.648	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	-	-	74.826	76.186	-	-	-	-	-	-
Total Não Circulante	38.451	46.648	113.277	122.834						
Total do passivo	46.885	51.837	137.710	162.290						
Patrimônio líquido										
Capital social	79.426	79.426	79.426	79.426	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	114.802	114.802	114.802	114.802	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	7.242	4.732	7.242	4.732	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	4.759	4.759	4.759	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	22.450	18.094	22.352	215.315	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	228.579	221.813	428.581	419.035						
Total do passivo e do patrimônio líquido	275.364	273.650	566.291	581.325						

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	-	-	119.347	112.740
Custos de operação	-	-	(33.986)	(33.042)
Lucro bruto			85.361	79.698
Despesas gerais e administrativas	(1.189)	(1.039)	(8.330)	(8.149)
Outras receitas	-	-	151	5.010
Resultado de equivalência patrimonial	56.041	52.694	-	-
Lucro operacional	54.852	51.655	77.182	76.559
Receitas financeiras	715	1.179	4.070	4.952
Despesas financeiras	(5.374)	(5.647)	(26.155)	(27.818)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(4.659)	(4.468)	(22.085)	(22.866)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	50.193	47.187	55.097	53.693
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(4.904)	(6.506)
Lucro do exercício	50.193	47.187	50.193	47.187
Lucro por ações do capital social no fim do exercício - R\$	0.63	0.59	0.63	0.59

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	50.193	47.187	50.193	47.187
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	50.193	47.187	50.193	47.187

energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. **2. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas para administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 25. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para a entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isso poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **• Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros:** Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objeto de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.193	47.187	55.097	53.694
Ajustes de Depreciação e Amortização				
Amortização do direito de uso	636	636	642	636
Juros e variações monetárias	5.249	4.354	23.720	20.137
Juros e variações monetárias sobre fiança	-	-	1.656	1.072
Juros e variações monetárias sobre depreciação do direito de uso	-	-	475	639
Resultado de equivalência patrimonial	(56.040)	(52.694)	-	-
Remensuração arrendamento	-	-	(40)	299
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber	(33)	(210)	(2.332)	(1.772)
Impostos a recuperar	155	147	(927)	(278)
Despesas antecipadas	(20)	7	(17)	1
Adiantamento a fornecedores	-	-	(285)	(559)
Outros ativos	(2)	27	1.447	188
Salários e encargos sociais	(100)	111	(46)	105
Obrigações tributárias	2	-	(543)	(589)
Obrigações de resarcimento - CCEE	-	-	-	(2.546)
Partes relacionadas, líquido	(846)	(424)	(1.142)	(868)
Outras contas a pagar	1	-	25	(145)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações Juros pagos	(796)	(650)	95.763	88.698
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.527)	-	(4.152)	(5.824)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(2.323)	(650)	71.168	82.873
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira restrita	(55)	(138)	2.586	1.165
Aquisições/baixas de bens do ativo imobilizado/intangível	-	-	(1.494)	(1.405)
Fornecedores	54.960	36.844	-	-
Dividendos recebidos	(43.500)	(42.650)	(43.500)	(42.650)
Dividendos pagos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (atividades de investimentos)	9.082	(6.794)	(42.408)	(43.760)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de debentures	(8.832)	(7.828)	(8.832)	(7.828)
Pagamento de empréstimo e financiamento	-	-	(20.219)	(40.603)
Pagamento de arrendamento	-	-	(725)	(668)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(8.832)	(7.828)	(29.776)	(49.100)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	250	(14.623)	(1.016)	(9.986)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	89	14.712	13.903	23.889
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	339	89	12.886	13.903

termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climáticas concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui meios anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria - Contadora CRC ISP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Proton Energy Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação

das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e